

VIIª SEMANA NACIONAL
DE FÉ E COMPROMISSO SOCIAL

A CAMINHO
DOS 50 ANOS
DA INDEPENDÊNCIA
COMO PEREGRINOS DA ESPERANÇA



De 28 de Julho a 04 de Agosto de 2024

VIIª SEMANA NACIONAL
DE FÉ E COMPROMISSO SOCIAL

A CAMINHO
DOS 50 ANOS
DA INDEPENDÊNCIA
COMO PEREGRINOS DA ESPERANÇA

De 28 de Julho a 04 de Agosto de 2024

FICHA TÉCNICA

Título:

VIIª Semana Nacional de Fé e Compromisso Social - A
CAMINHO DOS 50 ANOS DA INDEPENDÊNCIA COMO
PEREGRINOS DA ESPERANÇA

Edição:

Comissão Episcopal de Justia e Paz
Email:secretariado.cejp@jupax.org/
secretariadojupax@gmail.com
Website:www.jupax.org

Autores:

Pe. Elton João Laissonne (Coordenador)
Irmã Ester Lucas
Tomás Selemane
Deolindo Bento Paúa
João Manuel Mabuteia Dambiro

IMPRIMATUR

Dom António Juliasso
Bispo da Diocese de Pemba e Referente
da Comissão Episcopal de Justiça e Paz

Tiragem:

1000 Exemplares

Arranjos Gráficos:

Impressão e acabamento:
Ndzila Gráfica e Informática
Email: ndzilag@hotmail.com

ÍNDICE

ÍNDICE	PÁG.
ENQUADRANDO A VII SEMANA NACIONAL DE FÉ E COMPROMISSO SOCIAL (VII SNFCS) -----	5
A NOSSA HISTÓRIA: LUZES E SOMBRAS -----	7
INTRODUÇÃO -----	7
1.A NOSSA HISTÓRIA -----	7
2.LUZES E SOMBRAS DA NOSSA HISTÓRIA -----	8
3.O QUE NOS DIZ A DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA -----	9
4.PERGUNTAS PARA TRABALHO DE REFLEXÃO E PARTILHA -----	9
ORAÇÃO -----	10
O PRESENTE QUE NOS INTERPELA -----	11
INTRODUÇÃO -----	11
1.CRISE DA NAÇÃO, DOS DIREITOS HUMANOS E DA PAZ-----	11
2.VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS-----	12
3. O QUE NOS DIZ O MAGISTÉRIO SOCIAL DA IGREJA -----	14
4. PERGUNTAS PARA TRABALHO DE REFLEXÃO E PARTILHA -----	14
ORAÇÃO -----	15
A VOZ DOS BISPOS CATÓLICOSDESDE A INDEPENDÊNCIA -----	16
INTRODUÇÃO -----	16
1.UMA IGREJA PRESENTE E INTERVENIENTE -----	16
2.A IGREJA, A PAZ E O PERDÃO -----	17

ÍNDICE	PÁG.
3.O QUE NOS DIZ A PALAVRA DE DEUS: O PROJECTO DE CRISTO - - -	19
4. PERGUNTAS PARA TRABALHO DE REFLEXÃO E PARTILHA - - - - -	20
ORAÇÃO - - - - -	20
MOÇAMBIQUE QUE QUEREMOS: PROJECTO DE NAÇÃO - - - - -	21
INTRODUÇÃO - - - - -	21
1.ÂMBITO DA AGENDA 2025 - - - - -	21
2.PRESSUPOSTOS PARA A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO - - - - -	22
3.O NOSSO COMPROMISSO À LUZ DO ENSINAMENTO DA IGREJA- -	23
4.PERGUNTAS PARA A REFLEXÃO E PARTILHA - - - - -	24
ORAÇÃO - - - - -	25
CAMINHOS DE COMPROMISSO E DE ACÇÃO - - - - -	26
INTRODUÇÃO - - - - -	26
1.DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - - - - -	26
2.REFLEXÃO A PARTIR DA DSI: APELO DO PAPA FRANCISCO - - - - -	29
3.PERGUNTAS PARA TRABALHO DE REFLEXÃO E PARTILHA - - - - -	29
ORAÇÃO - - - - -	30

ENQUADRANDO A VII SEMANA NACIONAL DE FÉ E COMPROMISSO SOCIAL (VII SNFCS)

Estamos a passos largos rumo aos 50 anos da nossa Independência Nacional: é Jubileu! E tal coincide com o Jubileu do Ano Santo do 2025º aniversário da Encarnação do Messias: é um duplo Jubileu! Por isso, quando olhamos para o contexto do nosso país e para os rumos e os contornos da nossa história, paramos e nos perguntamos: aos 50 anos de sua independência e afirmação como nação, o que é o nosso país? Qual é a sua identidade e missão? Seu futuro? Seu legado?

Deste modo, a VIIª SNFCS quer trazer à consciência de todos nós, sobretudo os cristãos católicos, o compromisso com a nação. Tal compromisso, em todos estes 50 anos, tem estado ligado à busca e consolidação da paz. Atestam-nos as várias intervenções dos nossos bispos católicos, por meio das suas cartas pastorais, desde os primeiros anos da independência até hoje. Daí a necessidade de reflectirmos juntos sobre o nosso papel na construção deste país, e no tipo de país que queremos deixar para as gerações futuras.

Neste texto, estão cinco subtemas, a saber: (i) A nossa história: luzes e sombras; (ii) O presente que nos interpela; (iii) A voz dos Bispos desde a Independência; (iv) Moçambique que queremos: um projecto de nação; e (v) Caminhos de compromisso e de acção. Cada tema segue uma estrutura simples: depois de uma introdução, temos uma breve contextualização; a seguir, temos a fundamentação; depois, temos a Palavra de Deus ou voz da Igreja (DSI); depois, há perguntas para reflexão e debate; e, no fim, a oração para o Ano Jubilar.

Esperamos que os debates que serão feitos em comunidades, grupos paroquiais ou individualmente ajudem os cristãos a ser os promotores e construtores de um Moçambique próspero



COMISSÃO EPISCOPAL DE
JUSTIÇA E PAZ MOÇAMBIQUE



A NOSSA HISTÓRIA: LUZES E SOMBRAS

INTRODUÇÃO



Disse uma vez a historiadora Emília Viotti da Costa "Um povo sem memória é um povo sem história. E um povo sem história está fadado a cometer, no presente e no futuro, os mesmos erros do passado". Também nós, não nos tornamos um país e um povo de forma repentina. Temos memória e, portanto, história. Por isso, temos que continuar a alimentar a ousadia de dizer que somos, na verdade, um povo que caminha. Essa história por um lado, nos encoraja e nos interpela e, por outro lado, nos mostra que ainda precisamos de tirar lições. Falar de luzes e sombras é falar disso. Queremos, neste primeiro subtema, de forma muito breve e precisa, apresentar esses dois lados da nossa história.

1. A NOSSA HISTÓRIA

A nossa história como povo é feita por um passado de sofrimento, de desafios, mas ao mesmo tempo de conquistas. O fenómeno da escravatura e todo o processo de colonização, além de ter comprometido a economia dos povos moçambicanos, prejudicou as liberdades fundamentais fazendo de todos nós estrangeiros na nossa própria terra.

Pela independência alcançada em 1975 conhecemos uma unidade e uma soberania que nos tornaram efectivamente uma nação, um povo, e nos colocaram no processo de busca e de construção de um Moçambique melhor.

Quer dizer que, saídos da noite colonial, a nossa primeira grande conquista como povo foi a de ter conseguido uma pátria, e somo-lo de facto!

2. LUZES E SOMBRAS DA NOSSA HISTÓRIA

Desde a altura em que nos tornamos uma pátria e uma nação, a independência impôs-nos desafios que nos induziram a erros que resultaram em conflitos, mas também a ganhos que ajudaram na consolidação da nossa soberania.

No passado, para sermos uma nação, era necessário unirmo-nos numa só missão, num único objectivo e numa força comum. Sempre que houve separação e desunião, houve também conflitos que resultaram em mortes de milhões de moçambicanos, tal como foi a guerra dos 16 anos.

Em 1992 iniciamos um exercício de convivência pacífica, resultante de um acordo político de paz que abriu caminho para a coexistência de várias visões partidárias. Aceitar os outros é admitir a existência de diversidade no país. Como sinal dessa vontade de nos aceitarmos mutuamente, é encorajador o facto de nunca termos interrompido a regularidade das eleições.

Com efeito, se, por um lado, falamos do multipartidarismo como forma de reconhecimento das diferenças, por outro lado, temos que falar da necessidade de continuarmos a crescer na tolerância política. Este consiste na necessidade de os actores políticos aceitarem-se mutuamente, primeiro dentro de cada partido, a seguir, entre partidos diferentes e, por último, a necessidade de tolerar a existência de pessoas sem filiação partidária. Com a independência, ganhamos a liberdade de pensar e de construir a nossa própria identidade, de alargar o direito à educação e à saúde, e de aumentar infra-estruturas que contribuem para a melhoria das condições de vida dos cidadãos.

A continuidade da construção da nação exige de nós a não repetição dos erros do passado, que ensombraram a nossa identidade, tais como: a intolerância política, que dá privilégios a uns em detrimento dos outros; a corrupção que semeia desigualdades tornando os ricos mais ricos e os pobres mais pobres; o desemprego, que insiste em tornar a vida de muitos

(sobretudo jovens) mais precária como se ainda não tivessem alcançado a independência; a insegurança e os conflitos políticos e militares que tornam a vida dos moçambicanos cada vez mais incerta.

3. O QUE NOS DIZ A DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA

É para que sejamos homens livres que Cristo nos libertou. Ficai, portanto, firmes e não vos submetais outra vez ao jugo da escravidão. (Gl 5,1).

Desde a independência somos donos do nosso destino: povo livre e autónomo. No entanto, essa liberdade pode ser comprometida por acções que insistem em tornar uns escravos dos outros. Por isso, enquanto lamentava este desajuste das comunidades humanas, o Papa João XXIII já alertava na sua Carta Encíclica *Pacem in terris*, que o homem é um ser criado por Deus com direitos, incluindo de possuir uma terra e viver com dignidade e liberdade (nn. 11-27). Mas também o mesmo dizia que o homem é também sujeito de deveres (nn. 28-45). A consciência dos nossos direitos e deveres faz de nós pessoas verdadeiramente livres.

Em Moçambique, os bispos têm advertido nas suas diversas cartas, sobre os ensinamentos da nossa história que, enquanto construtores das nossas liberdades, não devemos nos deixar levar pelos erros que cometemos no passado e que resultaram em conflitos.

4. PERGUNTAS PARA TRABALHO DE REFLEXÃO E PARTILHA

1. Como avaliais as luzes da nossa história? De forma partilhada, podeis fazer uma lista de cinco aspectos que são passos da nossa esperança.
2. Na mesma linha do n. 1, podemos também fazer uma lista de cinco aspectos que são sombras ou pontos que existem na nossa reflexão.
3. O que podemos fazer para superar as sombras e aprimorar as luzes da nossa história?

4. E nisso, qual, no vosso entender, seria o papel da Igreja? E qual seria o papel de cada cristão em particular?

ORAÇÃO:

Pai que estais nos Céus!

Afé que nos destes no Vosso Filho Jesus Cristo, nosso irmão,
e a chama de *caridade* derramada nos nossos corações pelo Espírito Santo
despertem em nós a bem-aventurada *esperança* para vinda do Vosso Reino.
Vos suplicamos que a graça do Jubileu do Ano Santo
e dos 50 anos da independência do nosso País
reavive em nós, *Peregrinos de Esperança*, sentimentos de fraternidade,
espírito de reconciliação e desejo dos bens celestes,
e derrame sobre o nosso país e o mundo inteiro
a alegria e a paz do nosso Redentor.
A Vós, Deus bendito na eternidade, louvor e glória pelos séculos dos séculos.
Amém!

O PRESENTE QUE NOS INTERPELA

INTRODUÇÃO



Se, no primeiro subtema, falamos do passado, agora queremos falar do presente. O país que temos hoje é o desejado? O estilo de vida que levamos é o correcto? Trata-se de vermos os nossos desafios nas várias áreas, mas com foco para os desafios da unidade nacional, da paz e da construção da nação. Há aspectos que nos interpelam e, por isso, não podemos ficar de braços cruzados sob pena de fracassarmos como país. Então somos convocados a encarar o presente com um olhar diagnóstico e prognóstico.

1. CRISE DA NAÇÃO, DOS DIREITOS HUMANOS E DA PAZ

Moçambique é um Estado de Direito Democrático. A Constituição da República (título III) define um conjunto de direitos, liberdades e garantias fundamentais que são os pilares da construção do Estado e da nação como um todo. Apesar de a Constituição estabelecer os princípios da construção e consolidação do Estado, o nosso país continua a conhecer várias situações que tornam o processo de construção e consolidação da paz, unidade nacional e reconciliação, frágil.

O nível de violações dos direitos humanos, o problema das liberdades individuais e a falta de garantias fundamentais consignados na nossa Constituição e vários outros aspectos fazem com que percamos a esperança de lutar por Moçambique. Os exemplos disso vão desde a intolerância política generalizada, o fomento de discursos de ódio, a perseguição e

assassinatos, a proibição de manifestação, a limitação das liberdades de expressão de pensamento, os raptos e sequestros, a criminalidade generalizada, o índice de desemprego assustador, a insurgência no Norte do País, a partidarização do Estado e a descredibilização dos órgãos e dos processos eleitorais.

2. VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

A primeira forma de violação dos Direitos Humanos (DHs) é **o conflito armado e o terrorismo**. Desde a sua eclosão em 2017, o terrorismo em Moçambique, com violência na Província de Cabo Delgado, causou milhões de mortes e de deslocados. Já houve avultados danos materiais e patrimoniais ainda por serem devidamente contabilizados. A maior esperança de alavanca da economia moçambicana, o gás do Rovuma, foi interrompida pelo terrorismo.

Moçambique vive sob uma paz frágil, por não ser sustentada pelas atitudes dos políticos e da sociedade. A intolerância prevalecente entre os que estão no poder e os que estão fora dele, que depois se alastra dividindo a sociedade entre os seguidores de uns e de outros, e a falta de opções políticas viáveis por parte do cidadão comum, causada pela presença dominante do partido no poder e pela fragilização da oposição, têm provocado a falta de certeza sobre o futuro, apesar de sabermos que “não podemos desistir de Moçambique” (Nota Pastoral da CEM, 2023, n. 10).

A segunda forma de violação dos Direitos Humanos é **a corrupção**, a pequena e a grande. O cidadão comum sente-se obrigado a pagar indevidamente pelos serviços públicos tais como os de saúde, de educação, de segurança, de acesso a emprego, etc.

A grande corrupção, manifestada sobretudo nas dívidas ocultas, impede o país de crescer, comprometendo os investimentos nas áreas da agricultura, saúde, educação. Por causa desta grande corrupção, os parceiros

internacionais cancelaram os programas de apoio directo ao Orçamento do Estado, passando a financiar apenas projectos individuais com pagamentos feitos directamente aos fornecedores de bens e serviços. Este cenário faz com que a situação económica do país continue a degradar-se.

A terceira forma da violação dos Direitos Humanos é o **descrédito dos processos eleitorais e a fragilização das instituições de justiça.**

O processo de construção da democracia inaugurado pela Constituição da República de 1990 coincide com a introdução do multipartidarismo através da realização de eleições.

As tenções que marcam os processos eleitorais são resultantes das irregularidades, quase sempre da mesma ordem, entre as quais:

- a) recusa pelos presidentes das mesas de reconhecimento das credenciais emitidas pelos órgãos de gestão eleitoral;
- b) retirada compulsiva dos Observadores das salas de votação;
- c) posse indevida de boletins de votos por membros das mesas de votação;
- d) intervenção directa de agentes da Polícia da República de Moçambique (PRM) com detenções arbitrárias de delegados de candidatura;
- e) incoerência estatística de alguns resultados publicados;
- f) atrasos na publicação dos resultados intermédios;
- g) agressões contra jornalistas; e
- h) desaparecimento das actas e editais dos apuramentos feitos nas assembleias de votação.

A falta de independência e a partidarização destes órgãos de administração da justiça têm afectado negativamente o seu trabalho. Como se pode notar, esse conjunto de irregularidades e ilícitos é uma forma de negação da soberania do povo definida no artigo 2 da Constituição da República.

As eleições gerais de 9 de Outubro de 2024 precisam de ser encaradas por nós como mais uma oportunidade para exercer a nossa soberania como povo.

3. O QUE NOS DIZ O MAGISTÉRIO SOCIAL DA IGREJA

Em relação ao conflito armado e ao terrorismo, os bispos, mostram sua preocupação e solidariedade numa das cartas:

Gostaríamos de fazer-vos chegar o carinho e a solidariedade de todo o país, de cada uma das províncias e das famílias deste nosso Moçambique e particularmente das comunidades cristãs que por vós pedem a Deus o dom da paz (...)

E esta mesma preocupação é apresentada no n. 9 do Comunicado da CEM de 13 de Junho de 2020.

Em relação à corrupção no geral e à questão eleitoral em particular, os Bispos, no seu Comunicado de 14 de Novembro de 2023, dizem que “Olhamos com bastante preocupação todo este cenário e reafirmamos o nosso compromisso em colaborar 'na promoção do bem comum' e reiteramos o nosso apelo à paz e à justiça eleitoral (...)”. Na sua Nota Pastoral de Abril de 2024, os Bispos da CEM encorajam as autoridades eleitorais e políticas a se conformarem com a lei no processo de gestão eleitoral.

Estes e outros pronunciamentos do Magistério Social da nossa Igreja mostram que a Igreja não está alheia aos acontecimentos do nosso tempo que nos interpelam.

4. PERGUNTAS PARA TRABALHO DE REFLEXÃO E PARTILHA

1. Que elementos devem ser aprimorados hoje para construirmos um Moçambique onde os Direitos Humanos são respeitados?

2. Podeis indicar 3 caminhos para acabar com o terrorismo e os conflitos armados?
3. Podeis indicar três soluções para acabar ou combater a corrupção no país.
4. O que fazer para recuperar a credibilidade nos órgãos e processos eleitorais? Podeis apresentar umas três propostas.

ORAÇÃO:

Pai que estais nos Céus!

A fé que nos destes no Vosso Filho Jesus Cristo, nosso irmão,
e a chama de *caridade* derramada nos nossos corações pelo Espírito Santo
despertem em nós a bem-aventurada *esperança* para vinda do Vosso Reino.
Vos suplicamos que a graça do Jubileu do Ano Santo
e dos 50 anos da independência do nosso País
reavive em nós, *Peregrinos de Esperança*, sentimentos de fraternidade,
espírito de reconciliação e desejo dos bens celestes,
e derrame sobre o nosso país e o mundo inteiro
a alegria e a paz do nosso Redentor.
A Vós, Deus bendito na eternidade, louvor e glória pelos séculos dos séculos.
Amém!

A VOZ DOS BISPOS CATÓLICOS DESDE A INDEPENDÊNCIA

INTRODUÇÃO



Ao longo destes 50 anos da nossa Independência, os nossos Bispos, pastores do Povo de Deus em marcha, acompanharam os desafios que foram surgindo ao longo do tempo. Com uma palavra forte, clarividente e actual, foram oferecendo caminhos de construção de uma nação forte, desenvolvida, plural e pacífica. Neste terceiro dia da nossa reflexão vamos fazer

memória de toda a riqueza que as diferentes intervenções nos oferecem e que podemos encontrar nas cartas pastorais e noutros textos desde 1975 até hoje, e apropriarmo-nos dessa riqueza.

1. UMA IGREJA PRESENTE E INTERVENIENTE

Os Bispos católicos de Moçambique, cada vez que se reúnem, sempre têm publicado um Comunicado ou uma Nota Pastoral como forma de dar voz a sua posição, como pastores, para as diferentes situações e contextos da vida dos moçambicanos.

Em cada momento histórico do país, eles se posicionam, eles falam algo como forma de contribuir para a solução dos vários problemas que o país enfrenta nesse momento histórico.

É importante nós sabermos qual, em cada período histórico da nossa caminhada, foi a sua intervenção e ensinamento, pois acreditamos que, nas entrelinhas daquilo que eles escrevem, está o ideal da nação que precisamos, ou, pelo menos, está a direcção.

2. A IGREJA, A PAZE O PERDÃO

Apresentamos aqui 5 áreas em que os nossos Bispos mais têm falado:

- a) **O momento da independência de Moçambique**, em Junho de 1975, constituiu um momento de viragem profunda entre as relações da Igreja e do Estado. A Frelimo optou pela ideologia Marxista-leninista e mostrou-se profundamente crítica em relação à religião e contra a Igreja Católica. Em 1977, a CEM convocou e realizou a primeira Assembleia Nacional de Pastoral na qual afirmou a necessidade de despertar a responsabilidade do baptizado no testemunho da fé e no dever de ser fermento na sociedade, assumindo as responsabilidades inerentes ao seu discipulado no seguimento de Cristo.

Na Carta pastoral de Dezembro de 1978, os bispos propõem um autêntico emponderamento dos cristãos ao dizer: “O conhecimento (...) dos direitos fundamentais, com os seus correspondentes deveres, constitui uma obrigação para todos nós. Com efeito, sem este conhecimento não é possível ao moçambicano realizar-se como homem e como cidadão, nem tão pouco reivindicar as liberdades e direitos ofendidos, nem colaborar conscientemente na construção de uma sociedade justa e livre. Por isso vos exortamos a reflectir e a aprofundar na prática o valor destas liberdades, e a não desistir de trabalhar pela construção de uma sociedade livre do medo, da discriminação, da coacção, uma sociedade em que o homem não seja destruído, mas se realize integralmente” (n. 5).

- b) **Diante dos males sociais** os bispos dizem: “Moçambique é e deve permanecer a casa e a morada de todos os moçambicanos. Os valores que regem uma casa são a comunhão, o amor, a partilha, a hospitalidade, a solidariedade, a reciprocidade, o respeito e a corresponsabilidade em tudo aquilo que concorre para a construção do bem comum”. (CEM, 2012, Agosto, n. 24)

E em 28 de Agosto de 2003, nn. 8-34 podemos ler:

- **Violência e crime organizado:** “urge prover os agentes da lei e ordem de meios suficientes e eficientes no exercício do seu dever de combater o crime e de pôr cobro à violência”.
- **Desemprego e subida do custo de vida:** Cabe em primeiro lugar ao Governo criar postos de trabalho e estabelecer uma política de protecção e defesa dos trabalhadores nacionais face à concorrência dos estrangeiros que entram no País e facilmente ocupam os postos de trabalho. Igualmente seria necessário uma política de protecção à indústria e ao empresariado nacionais. Por outro lado há que ter em consideração o grande desnível entre os salários muito baixos e o elevado custo de vida que leva a maior parte dos cidadãos a viver na miséria. Os camponeses também precisam de apoio para a comercialização dos seus produtos como forma de estímulo para produzirem mais bens em prol da sociedade.
- **O medo e a corrupção:** Intimidações de vária ordem, prisões sem culpa formada, prisões preventivas que excedem os prazos regulamentados pela lei, repressões violentas..., distúrbios durante o processo das Campanhas Eleitorais,...Tudo isto cria um clima de medo que não é favorável a um processo eleitoral livre e dificulta a consolidação do processo democrático. Assim, os órgãos de administração da justiça não podem ainda gozar da plena confiança do povo. É urgente, pois, criar e aplicar mecanismos concretos e correctos para que estas anomalias sejam vencidas pelo exercício dos direitos democráticos.
- **O fosso entre ricos e pobres e as assimetrias:** Enquanto uma minoria continua a enriquecer de forma não transparente, uma grande maioria do povo vai sendo empobrecida, com todas as consequências que daí podem resultar. Por outro lado, sente-se que o tratamento dos cidadãos não respeita o princípio da igualdade de direitos e deveres entre todos.

- c) **Comprometer-se com a reconciliação, com a Justiça e com a Paz:** importa repensar os valores para todos e cada moçambicano para fazer de “Moçambique uma casa para todos os moçambicanos e não um mercado para os mais espertos”. (CEM, 2012, nn. 19ss)
- d) As **Eleições** são a melhor oportunidade para o cidadão exercer o seu direito de liberdade de escolha. Elas são a forma privilegiada pela qual o cidadão exerce o seu direito e dever de participar na melhoria de condições de vida dele e do povo. As Eleições são uma ocasião especial para o cidadão exercitar o respeito pela opinião dos outros. Votar é um acto importante e de grande responsabilidade política e democrática. Com o seu voto consciente, o eleitor assume a responsabilidade de uma boa governação do país. (CEM, 2012, nn. 28-32)

Ser Voz e dar voz aos que dela estão privados, os bispos assumiram o ministério de alimentar a esperança dos que por várias razões não se fazem ouvir, “como anunciadores do Evangelho, deixamos desde já uma mensagem de esperança alicerçada na realidade, na fé e no ideal de fraternidade. Como pastores da Igreja Católica, somos voz de muitos milhares de cidadãos moçambicanos. Como voz dos mais frágeis, faremos eco das suas justas aspirações e direitos. Como herdeiros da terra-mãe, comprometemo-nos na sua defesa, em nosso nome e em nome das gerações que nos seguirão” (CEM, 2017, n. 6).

3. O QUE NOS DIZ A PALAVRA DE DEUS: O PROJECTO DE CRISTO

O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me ungiu para evangelizar os pobres; enviou-me a proclamar a remissão aos presos e aos cegos a recuperação da vista, para restituir a liberdade aos oprimidos e para proclamar um ano de graça do Senhor. (Lc 4, 18-19)

O projecto de Cristo é a instauração do reino de Deus no mundo. Portanto, é um projecto social. A voz dos Bispos é uma voz profética, uma voz que nos desperta para a construção social do nosso país a fim de ele se tornar um terreno fértil em que as sementes do reino germinam e crescem.

4. PERGUNTAS PARA TRABALHO DE REFLEXÃO E PARTILHA

1. Os temas abordados pelos nossos pastores são ainda hoje pertinentes? Podeis justificar a vossa resposta.
2. Qual é o tema que precisa de maior reflexão e tomada de consciência para mudar a realidade do país?
3. Qual deve ser o nosso compromisso como cristãos para sermos efectivamente fermento na massa e factor de transformação social?

ORAÇÃO:

Pai que estais nos Céus!

A fé que nos destes no Vosso Filho Jesus Cristo, nosso irmão,

e a chama de *caridade* derramada nos nossos corações pelo Espírito Santo despertem em nós a bem-aventurada *esperança* para vinda do Vosso Reino.

Vos suplicamos que a graça do Jubileu do Ano Santo

e dos 50 anos da independência do nosso País

reavive em nós, *Peregrinos de Esperança*, sentimentos de fraternidade, espírito de reconciliação e desejo dos bens celestes,

e derrame sobre o nosso país e o mundo inteiro

a alegria e a paz do nosso Redentor.

A Vós, Deus bendito na eternidade, louvor e glória pelos séculos dos séculos.

Amém!

MOÇAMBIQUE QUE QUEREMOS: PROJECTO DE NAÇÃO

INTRODUÇÃO



Entramos hoje no quarto subtema da nossa VIIª SNFCS. É o subtema central de toda a temática, pois chegamos à reflexão em torno do próprio projecto de Nação. Queremos reflectir em torno dos traços característicos e constituintes do melhor cenário da nossa Nação a partir da Agenda 2025. Mas este exercício convém que seja feito em ligação com o documento *Programas de desenvolvimento* escrito pela CEJP em 2021 para debate e maior aprofundamento nas comunidades.

1. ÂMBITO DA AGENDA 2025

Este documento é intitulado *Visão e Estratégias da Nação*, e foi publicado em Novembro de 2003 pelo Comité de Conselheiros, no âmbito da celebração dos 25 anos de independência. Tal assume-se como o guião para o desenvolvimento de Moçambique até ao ano de 2025; ano em que Moçambique vai celebrar os 50 anos da sua existência como País.

O documento tem como objectivo criar, através de um processo participativo, uma Visão Nacional e uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento que defina as políticas e os programas necessários para dar respostas aos objectivos identificados na visão nacional de desenvolvimento. E a pretensão deste documento coincide com o objectivo deste subtema.

¹ De salientar que a CEM em 2017, na Carta Pastoral “À tua descendência darei esta terra” também manifestou a preocupação de olhar para os 50 anos de independência do País e preparar a data com políticas e decisões concretas que possam ser celebradas como Jubileu.

2. PRESSUPOSTOS PARA A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO

Qual é o cenário futuro que temos do país? A Agenda apresenta diferentes cenários e enumera 15 pressupostos para chegar ao melhor cenário:

1º pressuposto: O futuro do País depende da qualidade do Homem Moçambicano. A qualidade da sua formação moral, ética, cívica e patriótica, bem como a escolar e a profissional são determinantes e produzem efeitos em cadeia essenciais para o desenvolvimento do País nas próximas décadas;

2º pressuposto: Ter saúde não é só não ter doenças, mas, sobretudo, ter condições de vida sãs, condições de sanidade apropriadas e uma dieta alimentar saudável e energética ao longo de todo o ano;

3º pressuposto: Uma melhoria significativa das condições básicas de vida de todo o cidadão é indispensável para o futuro;

4º pressuposto: É imprescindível controlar as doenças de eliminação massiva como sejam o HIV/SIDA, a malária, o paludismo e a cólera;

5º pressuposto: A garantia de acesso ao uso e aproveitamento da terra é indispensável para promover o desenvolvimento;

6º pressuposto: O desenvolvimento do País só é possível se as comunidades locais, as identidades culturais e suas normas, regras e demais mecanismos consuetudinários de persuasão forem tidos como parte integrante do processo de desenvolvimento e valorizados;

7º pressuposto: A família coesa e solidária é pedra basilar para a integração salutar do indivíduo na sociedade e desta no crescimento individual;

8º pressuposto: O desenvolvimento rural é pedra basilar para a melhoria da qualidade de vida de cerca de 80% dos cidadãos e constitui a base essencial para a produção e o aumento da riqueza nacional. Um dos pré-requisitos do desenvolvimento é a capacidade das populações e comunidades locais de trabalharem em conjunto no sentido de alcançarem metas comuns;

9º pressuposto: A competitividade faz melhorar a qualidade e aumentar a quantidade através da melhoria dos preços de compra, o que depende de haver transformação tecnológica;

10º pressuposto: A transformação tecnológica depende, todavia, de investimento e este da existência e do acesso à poupança nacional ou externa para que o investimento se concretize;

11º pressuposto: As políticas macroeconómicas relacionadas com o curso da moeda nacional, do comércio e dos sistemas de produção têm de estar ajustadas ao crescimento das empresas e unidades produtivas familiares;

12º pressuposto: A existência de uma Paz duradoura e de estabilidade política e social sustentáveis são essenciais para o futuro de Moçambique;

13º pressuposto: A democracia e todos os valores a ela associados como liberdade de associação, direito à diferença de opinião, obrigação do diálogo construtivo e o dever do voto para a selecção dos dirigentes, bem como a participação quotidiana dos cidadãos nos processos de tomada de decisão pública, são condições básicas para o desenvolvimento;

14º pressuposto: A negociação com os parceiros internacionais sobre a estratégia nacional de desenvolvimento e das prioridades é factor de crescimento contínuo;

15º pressuposto: Os vários actores, nomeadamente a sociedade civil, o sector privado, o Estado e os cidadãos em geral, necessitam de comunicar entre si, disseminarem a informação, promoverem o diálogo e a negociação, reconhecerem e respeitarem os diferentes interesses e, juntos, encontrarem as vantagens mútuas entre as partes que se comunicam.

3. O NOSSO COMPROMISSO À LUZ DO ENSINAMENTO DA IGREJA

O compromisso com paz pode ser compreendido na seguinte expressão do Apóstolo São Paulo:

Suportai-vos uns aos outros e perdoai-vos mutuamente, toda a vez que tiverdes queixa contra outrem. Como o Senhor vos perdoou, assim perdoai também vós. Mas acima de tudo, revesti-vos da caridade que é o vínculo da perfeição. Triunfe em vossos corações a Paz de Cristo para a qual fostes chamados a fim de formar um único corpo. (Col 3, 13-15).

Esta Agenda foi elaborada para ser uma referência para toda a sociedade e para os futuros governos. Pretendia-se, com ela, propiciar um debate aberto, inclusivo que conduza ao consenso de todas as forças da sociedade moçambicana. Cada moçambicano é convidado a associar o seu sonho a este grande sonho de fazer crescer Moçambique, na base das linhas estratégicas de acção que nesta Agenda se propõem. Paral tal, todos devemos suportar-nos e perdoar-nos mutuamente.

A Agenda 2025 precisa de se tornar num compromisso dos cidadãos e das instituições. A Igreja, ao ensinar-nos que o desenvolvimento é o novo nome da paz (Paulo VI, *Populorum progressio*), quer dizer-nos que o desenvolvimento do país deve ser empenho e compromisso de todos. Cada um é responsável pelo desenvolvimento humano integrado. Cada um deve participar e colaborar na criação, protecção e crescimento das condições que possibilitam o desenvolvimento humano integrado de todos os seus concidadãos. Para tal, a caridade, como vínculo de perfeição, precisa de existir e permear as acções de todos.

Os Moçambicanos dispõem, na Agenda 2025, dum poderoso instrumento sobre a construção da nação, constituindo a base através da qual poderão pedir contas aos políticos e aos diversos membros ou candidatos à Assembleia da República. Faz parte da responsabilidade do cidadão monitorar os programas de desenvolvimento do Governo para que estes favoreçam, o desenvolvimento humano e integrado de todos.

4. PERGUNTAS PARA A REFLEXÃO E PARTILHA

- 1) Conhecia a Agenda 2025? Em que medida é útil para orientar o desenvolvimento do País?

- 2) Identifique três acções que pode implementar na família, comunidade, cidade, bairro, aldeia... como contribuição para construção da nação.
- 3) Favor indique três aspectos que acha importante que o Governo tenha em conta para impulsionar o desenvolvimento humano de todos os moçambicanos e na construção da nação.
- 4) Quais outros documentos da parte do governo acha terem importância para pistas de construção da nação?

ORAÇÃO

Pai que estais nos Céus!

A fé que nos destes no Vosso Filho Jesus Cristo, nosso irmão,

e a chama de *caridade* derramada nos nossos corações pelo Espírito Santo despertem em nós a bem-aventurada *esperança* para vinda do Vosso Reino.

Vos suplicamos que a graça do Jubileu do Ano Santo

e dos 50 anos da independência do nosso País

reavive em nós, *Peregrinos de Esperança*, sentimentos de fraternidade, espírito de reconciliação e desejo dos bens celestes,

e derrame sobre o nosso país e o mundo inteiro

a alegria e a paz do nosso Redentor.

A Vós, Deus bendito na eternidade, louvor e glória pelos séculos dos séculos.

CAMINHOS DE COMPROMISSO E DE ACÇÃO

INTRODUÇÃO



A nossa reflexão, neste último dia, é continuidade directa do quarto subtema, e visa oferecer subsídios muito concretos para a materialização do projecto da nação. Como sabemos, o projecto da nação é um ideal que há-de ser concretizado por acções muito práticas em todas áreas. O primeiro subtema mostrou-nos que o nosso passado é composto por luzes e sombras. O segundo ajudou-nos a mergulhar na realidade social

actual do nosso país. O terceiro ajudou-nos a perceber a voz dos Bispos ao longo da história da construção do país. E no quarto subtema, procuramos desenhar um cenário futuro do nosso país, precisando agora de orientações práticas. Neste tema, apresentamos alguns pontos de reflexão concretos que podem facilitar a discussão sobre a forma de pôr em acção o processo de construção da nação.

1. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Aqui vamos explorar a dimensão do desenvolvimento sustentável de que Moçambique precisa. Eis alguns aspectos que nos ajudam a reflectir o desenvolvimento sustentável:

- a) Desenvolvimento planeado dentro do país e por moçambicanos, com implementação, monitoria e *check and balance* das políticas e modelos de desenvolvimento estáveis, cujos beneficiários sejam o País e os moçambicanos.
- b) Crescimento económico que seja superior às taxas de crescimento da população, para assegurar o aumento do rendimento nacional.

- c) Integrar os pequenos produtores agrários no mercado evitando os riscos inerentes, tais como as desigualdades sociais, os conflitos de terra e dos recursos naturais.
- d) Os serviços estatais de apoio ao sector agrário e agroindustrial, bem como ao sector familiar, devem assegurar a transferência de conhecimentos e promover a formação, assegurar rigor e disciplina na execução tarefas essenciais como a vacinação, aplicação fitos sanitária, a divulgação atempada dos preços de referência.
- e) Reduzir acentuadamente a pobreza e as desigualdades sociais e territoriais com processos de acumulação socialmente alargados, com programas específicos direccionados para os pequenos produtores agrários, micro, pequenas e médias empresas, autoemprego qualificado e economias informais.
- f) Produção e uso de conhecimento científico produzido no país com maiores investimentos nas universidades e nos institutos de investigação e extensão do conhecimento para os centros de decisão política e empresas.
- g) Desenvolver mercados concorrentes, sem intervenções exógenas aos mecanismos de mercado (partidos políticos, interesses corporativos e lóbis não transparentes) e supervisão e controlo dos monopólios naturais, geralmente das empresas do Estado e de multinacionais.
- h) Existência de uma poupança interna e de investimento nacional para tornar a economia menos dependente do investimento externo, mais dependente das receitas domésticas do Estado e com termos de troca favoráveis no mercado externo e maior capacidade de resiliência.
- i) Incentivar a indústria de transformação de matérias-primas localmente produzidas e com destino ao mercado interno, e com

incidência nos produtos estratégicos (milho, arroz, batata reno, cebola, fruta, carne bovina e suína, avicultura, têxteis e calçado, etc.).

- j) Assegurar que a indústria a jusante da extração de recursos naturais, se localize, quanto possível, em território nacional.
- k) Desenvolver a investigação científica nas áreas tecnológicas e das ciências sociais, com alocação de recursos públicos e internacionalização de projectos de investigação.
- l) Relativamente às zonas desfavorecidas: potenciar a exploração dos recursos e do saber local, criando incentivos para o desenvolvimento empresarial com acumulação e investimento local; localizar no território as fases a jusante da produção primária das respectivas cadeias de valor; assegurar os serviços básicos aos cidadãos e acesso a bens e serviços de melhoria da qualidade de vida e do bem-estar.
- m) Criar incentivos para os funcionários e trabalhadores da saúde, educação e agricultura para o desempenho das suas funções profissionais com motivação e empenho nos distritos.
- n) Negociar, sempre que julgado pertinente e necessário na perspectiva da salvaguarda do interesse nacional, os acordos com as multinacionais que extraem recursos naturais e *commodities*.

Os efeitos sobre o ambiente por acção do ser humano são de longa duração. O degelo das zonas polares e subida do nível das águas oceânicas, o avanço das zonas áridas, a perda da vegetação e da biodiversidade, a poluição do ar, terra e água, somando-se, na história mais recente, à industrialização e urbanização, à exploração mineira e agrícola, à redução dos recursos e alteração dos ecossistemas, contribuem historicamente para a evolução verificada dos sistemas ambientais.

A sustentabilidade ambiental é cada vez mais importante, considerando a intensificação e o aumento da frequência dos choques climáticos. Esta realidade pode ser particularmente agravada a longo prazo com efeitos sobre a desertificação e qualidade dos solos e clima, a submersão de vastas zonas costeiras e de vales de grandes rios e de zonas urbanas e a perda da biodiversidade.

A longo prazo, as mudanças climáticas poderão implicar concentração territorial da capacidade produtiva, mudanças do tecido produtivo e dos sistemas de produção agroflorestais, fenómenos migra-tórios aumentando a pressão sobre os recursos naturais e conseqüentes riscos de poluição e alteração dos ecossistemas.

Os choques climáticos provocam, a curto e médio prazo, deslocações de população, perda de património individual e colectivo, de capacidades produtivas, situações de pobreza, conflitos sociais, instabilidade emocional e necessidade de medidas de urgência (salvamento de pessoas, acomodação, alimentação, saúde, educação, etc.), para a reconstituição da subsistência, temporária ou definitiva, das populações afectadas.

2. REFLEXÃO A PARTIR DA DSI: APELO DO PAPA FRANCISCO

O ensino social da Igreja lembra-nos que o projecto da Nação, antes de ser tal, é um projecto humano, isto é, não se pode pensar numa sociedade antes de se pensar seriamente no ser humano e na sua dignidade, como sujeito construtor da paz. Diz o papa Francisco que “hoje é necessário falar com o coração para promover uma cultura de paz” (Papa Francisco, Mensagem para o 57º Dia Mundial das Comunicações Sociais, 2023).

3. PERGUNTAS PARA TRABALHO DE REFLEXÃO E PARTILHA:

1. Quais são os elementos do desenvolvimento sustentável de que Moçambique precisa e ainda não tem?
2. Quais são as componentes de sustentabilidade da nação? Como

- alcançar esses elementos?
3. O que se pode fazer na família e na comunidade para que cada pessoa assuma atitudes conducentes ao desenvolvimento sustentável?

ORAÇÃO:

Pai que estais nos Céus!

Afé que nos destes no Vosso Filho Jesus Cristo, nosso irmão,
e a chama de *caridade* derramada nos nossos corações pelo Espírito Santo
despertem em nós a bem-aventurada *esperança* para vinda do Vosso Reino.
Vos suplicamos que a graça do Jubileu do Ano Santo
e dos 50 anos da independência do nosso País
reavive em nós, *Peregrinos de Esperança*, sentimentos de fraternidade,
espírito de reconciliação e desejo dos bens celestes,
e derrame sobre o nosso país e o mundo inteiro
a alegria e a paz do nosso Redentor.
A Vós, Deus bendito na eternidade, louvor e glória pelos séculos dos séculos.
Amém!



COMISSÃO EPISCOPAL DE JUSTIÇA E PAZ - MOÇAMBIQUE

Rua da Resistência, 1175 | Caixa Postal 656 | 06100 Maputo

Telefone: 00258 21419933/4 | Fax: 00258 21419578

Website: www.jupax.org

E-mail: secretariado.cejp@jupax.org



Responsabilidade



Organização



Apoio

